

**A COROA DE ARAGÃO:
IDENTIDADE E ESPECIFICIDADE POLÍTICA E SOCIAL**

**TITLE: THE CROWN OF ARAGON:
IDENTITY AND POLITICAL AND SOCIAL SPECIFICITY**

Flocel Sabaté¹
Universitat de Lleida

Resumo: No século XII, no leste da Península Ibérica Aragão e Catalunha reúnem-se, sob o que foi à época apenas uma unidade dinástica. No século XIII, a expansão pelo espaço mediterrânico veio evidenciar a coincidência dos interesses entre os diversos estamentos e o monarca. Mas a ausência de capacidade jurisdicional e fiscal que definia o soberano, foi-se incrementando ao longo do século XIV, conduzindo a um modelo institucional onde a coroa se tornou dependente da ajuda oferecida pelos estamentos. Deste modo, o perfil pactista derivado deste processo configurou-se como um legado específico do período medieval da Coroa de Aragão sobre a moderna monarquia espanhola, unindo a fragmentação jurisdicional à representatividade assumida pelos estamentos, dominados pelas cidades. Na procura por modelos de coesão para a Espanha do século XIX, alguns progressistas invocaram o modelo participativo de Aragão, algo que, ainda assim, não impediu que a manutenção do foco na continuidade de Castela medieval na Espanha contemporânea tenha contribuído para o desconhecimento da história de Aragão.

Palavras-chave: Aragão Catalunha Instituições.

Abstract: Aragon and Catalonia had united under a same sovereign since the 12th century, but it was only a dynastic union, without commune social cohesion. During the 13th century the Mediterranean expansion demonstrated the coincidence of interests between the different states and the monarch. This was lacked of jurisdiction and taxes, which increased during the 14th century's troubles. The kings depended on the support provided by the estates and these, in turn, increased local and regional power and recognition of their representativeness of the country. The agreement between the sovereign and the states got a model of government and became a specific medieval legacy for a modern Spanish monarchy, as well as the jurisdictional fragmentation and the estates, led by the cities, so-calling itself representative. In the search for the cohesion of Spain, during the 19th century some progressive authors invoked the participative model of the Crown of Aragon, but finally it was adapted a model based on the continuity between medieval Castile and contemporary Spain, which deteriorated the remembrance of the history of the Crown of Aragon.

Keywords: Aragon, Catalonia, Institutions.

Recebido em: 18/10/2013

¹ E-mail: flocel@historia.udl.cat

Aprovado em: 05/01/2014

A Península Ibérica caracterizou-se, no lado oriental, por um conjunto de transformações que deram lugar a uma organização política e cultural que denominamos por Coroa de Aragão. Ao entrar na monarquia hispânica, nos finais da Idade Média, fica claramente evidente que se construiu um determinado modelo político, dando origem a certas identidades territoriais que apelaram à respectiva colectividade estabelecendo um legado medieval específico.

Identidades Territoriais

O pacto matrimonial estabelecido em 1137 selando o matrimónio do conde de Barcelona Ramon Berenguer IV com a pequena Peronella, de apenas um ano de idade, herdeira do trono de Aragão, veio alterar o testamento do seu falecido tio que cedera o reino às ordens militares, cuja pretensão na realidade abriu uma crise institucional depois da morte de Afonso “O Batalhador” em 1134². Ao longo deste século, o condado de Barcelona assumiu a sua proeminência sobre o conjunto do território peninsular a noroeste, num conjunto de condados progressivamente desligados do Império Carolíngio a partir de 877 e que, durante os séculos X e XI, se consolidaram sobre si mesmos num contexto de expansão sobre a fronteira, em contínua relação com a contígua Europa setentrional e abertura para o mar mediterrâneo. Este percurso comum implicou uma aproximação progressiva, compartilhando circunstâncias semelhantes diante da fronteira, sob um mesmo dinamismo económico e com uma evolução cultural semelhante que se espelhou através do latim em uma língua vulgar própria. Foi deste modo que no século XII culminou a percepção unitária do território que pela primeira vez foi descrito por um nome comum: Catalunha³. Pela mesma época, o reino pirenaico de Aragão transbordou a sua matriz pirinaica e projectou uma rápida expansão centrada nas conquistas de Huesca (1066) e Barbastro (1100) até à capital da Marca Superior islâmica, Saragoça (1118)⁴, sob o estímulo feudal com que se organizou o vale do Ebro

² J. Á. LEMA PUEYO, *Alfonso I el Batallador rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)*, Gijón, Ediciones Trea, 2008, pp. 162-164.

³ F. SABATÉ, “El nacimiento de Cataluña. Mito y realidad”, em *Fundamentos medievales de los particularismos hispánicos. IX Congreso de Estudios Medievales (2003)*, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 2005, pp. 237-242.

⁴ A. DURAN GUDIOL, “Orígenes del reino de Aragón”, em *Historia de Aragón*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1992, vol. I, p. 155-157.

central⁵, vindo a prolongar-se para sul mediante a incorporação do território em torno a Teruel em 1177, bem como nas encostas meridionais que ladeiam a fronteira valenciana. Tratava-se então de um conjunto de espaços inicialmente justapostos, mas que rapidamente foram submetidos a uma coesão social que, na segunda metade do século XII, permitiu estender uma percepção comum sob um mesmo coronómino: Aragão. Assim, entre esta centúria e o fim da Idade Média, um mesmo soberano e seus descendentes regeram a Catalunha e Aragão sem ser capazes de unir mutuamente os dois territórios, tornando-se evidente que não foi o peso da dinastia, mas antes o das respectivas forças sociais que consolidaram um e outro espaço⁶.

Na verdade, a evolução social assentou em dois pontos de sujeição da sociedade: uma nobreza articulada sobre um modelo de desenvolvimento feudal e os centros urbanos conduzidos por elites que se comportavam como homens de negócios, fadados ao investimento sobre todo o tipo de rendas, assumindo com isso novos valores como o "*lucrum*"⁷. A reunião destes estímulos, longe de serem contraditórios, conduziu a um século XIII em que se conjugou sobre o mesmo espaço, tanto o fortalecimento dos barões nos seus domínios fundiários e sobretudo jurisdicionais, como a projecção das vilas e cidades. Estas últimas mostram-se cada vez mais identificadas com uma economia de mercado cristã – no sentido em que deram origem a valores sociais justificadores e fomentadores do benefício económico⁸, que com a sua actividade converteram a periferia urbana em um espaço de inversão⁹. Consequentemente, a sobreposição de dois campos distintos, o jurisdicional e o socioeconómico, geraram tensões específicas sobre o território¹⁰.

⁵ C. LALIENA, "Castillos y territorios castrales en el valle del Ebro en el siglo XII", em J. A. BARRIO, J. V. CABEZUELO (eds.), *La fortaleza medieval. Realidad y símbolo*, Madrid-Alicante, Universidad de Alicante, Fundación de Estudios Medievales Jaime II, 1998, pp. 31-45.

⁶ F. SABATÉ, "Els primers temps: segle XII (1137-1213)", em E. BELENGUER (ed.), *Història de la Corona d'Aragó*, Barcelona, Edicions 62, 2007, vol. I, pp. 62-65.

⁷ O *lucrum* provocava, à época, temores espirituais naqueles que dele beneficiavam, algo que se refletia nos seus testamentos:: Arxiu de la Catedral de Lleida calaix 210, núm. 4685, entre outros.

⁸ G. TODESCHINI, *Richesse franciscaine. De la pauvreté volontaire à la société de marché*, Paris, Verdier, 2008, pp. 143-274.

⁹ Pode citar-se como exemplos, os estudos efectuados sobre Huesca, em Aragão (M.T. IRANZO – C. LALIENA, "El acceso al poder de una oligarquía urbana: el concejo de Huesca (siglos XII y XIII)", *Aragón en la Edad Media*, 6, 1984, pp. 48-52) e Girona, na Catalunha (J. Fernández i Trabal, *Una família catalana medieval. Els Bell-lloc de Girona 1267-1533*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1995, pp. 101-268)

¹⁰ F. SABATÉ, "Municipio y monarquía e la Cataluña bajomedieval", *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, 13, 2000-2002, pp. 261-279.

Ao mesmo tempo, estes estímulos fomentaram a expansão sobre o espaço meridional muçulmano, com a conquista do reino muçulmano insular de Maiorca entre 1229 e 1235 e a conquista de Valência entre 1232 e 1244¹¹, a que se juntou em 1305 a parte oriental do antigo reino muçulmano de Múrcia, terminando assim a disputa com Castela em torno do domínio deste território¹². Em uma soma de interesses feudais e burgueses, os territórios foram objecto de repartição, repovoamento e reorientação económica e social¹³. Com a presença a norte dos Pirenéus amputada pelo conflito cátaro que acabara de libertar este espaço para a coroa francesa¹⁴, o avanço meridional permitiu, não só orientar as forças sociais, mas também as esperanças do monarca em alcançar novas terras onde poderia reforçar o poder que se evadia nas terras de origem¹⁵. Para ele, os novos espaços no leste peninsular não foram simplesmente anexados, mas sim definidos como um novo reino, o reino de Valência¹⁶, de tal modo que a partir de 1238 o soberano assume a intitulação de Rei de Maiorca e Valência¹⁷. Contudo, desde logo as pretensões régias foram goradas por um desenvolvimento semelhante das novas terras, que não escaparam à pujança senhorial e municipal¹⁸, limitando dessa forma a capacidade régia¹⁹.

¹¹ J. MARÍ CARDONA, *Illes Pitiüses. La conquesta catalana de 1235*, Ibiza, Institut d'Estudis Eivissencs, 1976, pp. 19-199; E. BELENGUER, *Jaume I i el seu regnat*, Lleida, Pagès, 2007, pp. 79-142; A. FURIÓ, *El rei conquerido. Jaume I: entre la història i la llegenda*, València, Bromera, 2007, pp. 51-93.

¹² E. GUINOT, *Els límits del regne. El procés de formació territorial del País Valencià medieval (1238-1500)*, València, Edicions Alfons el Magnànim, 1995, p. 103-115.

¹³R. I. BURNS, *Colonialisme medieval*, València, Tres i Quatre, 1987; P. CATEURA, *Mallorca en el segle XIII*, Palma de Mallorca, El Tall Editorial, 1997, pp. 23-88; J. TORRÓ, *El naixement d'una colònia. Dominació i resistència a la frontera valenciana (1238-1276)*, València, Publicacions de la Universitat de València, 1999.

¹⁴ M. ALVIRA, *12 de Septiembre de 1213. El Jueves de Muret*, Barcelona, Universidad de Barcelona, 2002, pp. 522-592.

¹⁵ F. SABATÉ, "Poder i territori durant el regnat de Jaume I. Catalunya i Aragó", em *Jaume I. Comemoració del VIII centenari del naixement de Jaume I*, M. T. FERRER (ed.), Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 2001, vol. I, pp. 61-129.

¹⁶ A. FURIÓ, *Història del País Valencià*, València, Edicions Alfons el Magnànim, 1995, pp. 49-50.

¹⁷P. CATEURA, *Realitat, identitat i tradició*, Palma de Mallorca, Ajuntament de Palma, 2000, pp. 12-13.

¹⁸ E. GUINOT, "Donamus et concedimus vobis'. Monarquia i senyorialització del patrimoni reial al País Valencià en temps de Jaume II", em *XV Congreso de Historia de la Corona de Aragón (Jaca, 20-25 septiembre 1993). El poder real en la Corona de Aragón: (siglos XIV-XV)*, Saragoça, Diputación General de Aragón, 1996, vol. I/2, pp. 221-235.

¹⁹ F. GARCÍA OLIVER, *Terra de Feudals*, València, Edicions Alfons el Magnànim, 1991, pp. 43-140; P. CATEURA, *El Regne Esvàit. Desenvolupament econòmic, subordinació política, expansió fiscal (Mallorca, 1300-1335)*, Palma de Mallorca, El Tall editorial, 1998, pp. 37-39.

O combinar do desenvolvimento comercial mediterrâneo e do desejo de engrandecimento do próprio monarca impulsionou-o até ao Mediterrâneo oriental²⁰. Neste sentido, não foi por acaso que em 1283 parte da nobreza e da elite urbana siciliana, especialmente a de Palermo, ofereceu a coroa da ilha a Pedro “O Grande”²¹, contrariando o interesse dos franceses e a vontade papal, o que motivou a excomunhão do monarca, a invasão da Catalunha e uma grande tensão, que Bonifácio VIII pretendeu resolver em 1296, ao perfilar-se o novo cenário que se estabeleceu em 1302: a Sicília na órbita da Coroa de Aragão, ainda que separada do poder central²², e o monarca aragonês como receptor, graças à teocracia papal, da Sardenha e da Córsega²³. A obediência destas ilhas veio comportar um grave desgaste para a Coroa²⁴: o século XIV foi testemunha de um ressurgente e custoso conflito sardo até à definitiva inclusão desta ilha em 1420²⁵. A assimilação comportou uma alteração da estrutura tradicional da ilha da Sardenha, que passou a articular-se de acordo com o modelo institucional e social catalão, incluindo a introdução do feudalismo e do peso municipal²⁶.

O Mediterrâneo oriental ergueu-se como o objectivo primordial de um comércio que assumiu, em grande parte, um ponto axial para dotar as elites da coro-

²⁰ J. E. RUIZ DOMENEC, “¿Por qué la conquista de Sicilia?: Una lectura receptiva de Desclot, em XI Congresso di Storia della Corona d’Aragona sull tema la società mediterranea all’epoca del vespro (Palermore-Trapani, 1982), Palermo, Academia de Scienze, Lettere e Atti, 1984, vol. IV, pp. 161-178; P. IRADIEL, “Valencia y la expansión mediterránea de la Corona de Aragón”, em D. AABULAFIA e B. GARÍ (eds.), *En las costas del Mediterráneo Occidental: Las ciudades de la Península y del reino de Mallorca y el comercio mediterráneo en la Edad Media*, Barcelona, Ediciones Omega, 1997, pp. 155-162; F. SABATÉ, “Jaume II i la demarcació i la delimitació de la Corona d’Aragó”, em Á. CASALS (ed.), *Les fronteres catalanes i el tractat dels Pirineus*, Cabrera de Mar, Galerada, 2009, pp. 81-84.

²¹ H. BRESCH e L. SCIASCIA, “Mort aux Angevins!”, em H. BRESCH e G. BRESCH-BAUTIER (eds.), *Palermo 1070-1492*, Paris, Éditions Autrement, 1993, pp. 120-134; J. DUNBABIN, *The French in the Kingdom of Sicily 1266-1305*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, pp. 59-186.

²² F. GIUNTA, *La Sicilia catalana*, Barcelona, Rafael Dalmau editor, 1988, p. 13-19.

²³ F. C. CASULA, *La Sardenya catalano-aragonesa. Perfil històric*, Barcelona, Rafael Dalmau editor, 1985, pp. 13-16.

²⁴ L. GALLINARI, *Les Judicats sardes: Un modèle de souveraineté médiévale?*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (Thèse doctorale), 2009, pp. 220-367.

²⁵ G. SORGIA, *Sardegna i Còrsega des de la infeudació fins a Alfons ‘el Magnànim’*, Barcelona, Rafael Dalmau Editor, 1968, pp. 42-60.

²⁶ F. SABATÉ, “Il ‘regnum Sardiniae’ nella Corona d’Aragona durante la seconda metà del XIV secolo”, em A. CIOPPI, *Le strategie dell’invincibilità. Corona d’Aragona e ‘Regnum Sardiniae’ nella seconda metà del Trecento*, Cagliari, Consiglio Nazionale delle Ricerche – AM&D Edizioni, 2012, pp. 13-14.

a, especialmente as catalãs, de um dinamismo multiplicador²⁷. Assim, se explicam os intensos contactos diplomáticos²⁸ e comerciais com Chipre²⁹, o fim das campanhas almogavares bizantinas³⁰ no estabelecimento dos ducados de Atenas entre 1311 e 1388 e da tebana Neopatria entre 1319 e 1391³¹, tendo a influência sobre Rhodes no século XV³² e, inclusive, o estéril controlo entre 1450 e 1522 da ilha do Egeu de Kastellorizo³³. A política exterior assumida por Afonso “O Magnânimo”, depois de se incorporar e de se estabelecer em Nápoles em 1442³⁴, de intervir activamente nas estratégias italianas³⁵ e de atender – parcialmente³⁶ – aos requerimentos balcânicos³⁷, perfilou um novo cenário onde ficou evidente a dualidade frequentemente contraditória entre o Monarca e as elites sociais, que de um modo

²⁷ D. COULON, *Barcelone et le grand commerce d'Orient au Moyen Âge. Un siècle de relations avec l'Égypte et la Syrie-Palestine (ca. 1330-ca.1430)*, Madrid-Barcelona, Casa de Velázquez – Institut Europeu de la Mediterrània, 2004.

²⁸ *Crónica de San Juan de la Peña*, ed. C. . Orcástegui Gros, Saragoça, Institución Fernando el Católico, 1986, pp. 132.

²⁹ Com estes deve referir-sea relação com ‘the Spaniards’ que indicava David Hunt (D. HUNT, “Medieval Cyprus, 1191-1571”, em *Colours of Medieval Cyprus through the ceramic collection of the Leventis Municipal Museum of Nicosia*, Nicosia, The Anastasios G. L. Foundation, 2012, p. 25).

³⁰ E. MARCOS, *Almogàvers*, Barcelona, L’Esfera dels Llibres, 2005, pp. 70-339.

³¹ A. PÉREZ CASTILLO, “Notícia d’un inventari de l’Arxiu de la Catedral de Barcelona (els béns d’un barceloní a Tebes)”, em *Homenatge a la memòria del professor Emilio Sáez*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 1989, pp. 139-149.

³² P. BONNEAUD, *Le prieuré de Catalogne, le couvent de Rhodes et la couronna d’Aragon 1415-1557*, Millau –Bez-et-Esparon, C. Larzac Templier et Hospitalier – É. & C. Éditions, 2004, pp. 115-155.

³³ D. DURAN DUELT, *Kastellórizo, una isla griega bajo dominio de Algonso el Magnánimo (1450-1458)*. *Colección documental*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003, pp. 21-135.

³⁴ A. RYDER, *Alfonso el Magnánimo Rey de Aragón, nápoles y Sicilia (1396-1458)*, València, Edicions Alfons el Magnànim, 1992, pp. 263-527.

³⁵ J. AMETLLER i VINYALS, *Alfonso V de Aragón en Italia y la crisis religiosa del siglo XV*, Gerona – Sant Feliu de Guixols, Imprenta y Librería de Ponciano Torres – Impernta de Octavio Viader, 1903-1928, 3 vols.; E. DUPRÉ-THESEIDER, “La politica italiana di Alfonso il Magnanimo”, em *IV Congreso de Historia de la Corona de Aragón. Ferran I de Antequera i Alfons el Magnànim (Palma de Mallorca, 1955)*, Palma de Mallorca, Excelentíssima Diputación Provincial de Baleares, 1976, vol. III, pp. 225-252; C. CUADRADA, “Política italiana de Algonso V de Aragón (1420-1442)”, *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia*, 7-8, 1986-1987, pp. 269-309.

³⁶F.-D. SOPORAN, “Ethnic Attitudes in the Kingdom of Hungary and the Defense of Christendom in the Mid 1400””, em A. DUMITRAN, L. MÁDLY e A. SIMON (ds.), *‘Extinta est lucerna orbis’: John Hunyadi and his Time*, Cluj-Napoca, Romanian Academy, Center for Transylvanian Studies –IDC Press, 2009, pp. 290-291.

³⁷ M. M. COSTA, “Relacions entre Alfons el Magnànim i els Països Balcànics”; M. SPREMIC’, “Alfonso il Magnanimo e la sua politica nei balcani”, em G. D’AGOSTINO e G. BUFFARDI (eds.), *XVI Congresso Internazionale di Storia della Corona d’Aragona. Celebrazioni Alfonsine*, Nápoles, Comune de Napoli – Paparo Edizioni, 2000, vol. I, pp. 199-211, 741-753.

claro, desde o século XIV se apresentaram diante do Soberano invocando não apenas uma identidade estatutária, mas também uma representatividade territorial³⁸. Impôs-se, portanto, um modelo institucional específico.

Poder e soberania: o modelo institucional

O Rei de Aragão e Conde de Barcelona, não só tratou de melhorar logo no século XII a gestão territorial das suas rendas e do seu exercício jurisdicional³⁹, mas também invocou um discurso de proeminência, baseado na pretensão tanto de presidir à pirâmide feudal, como de beneficiar dos novos argumentos romanistas que fomentavam o poder do príncipe, algo que se acentuou ao longo do século XIII⁴⁰. Contribuiu igualmente para esse objectivo, a implementação de instituições de governo sobre o conjunto da Coroa durante as últimas décadas do século XIII⁴¹, o desenvolvimento de demarcações régias que cobriram a totalidade dos territórios nos inícios do século XIV⁴², os coetâneos esforços de Jaime II para clarificar e impulsionar no âmbito da jurisdição régia⁴³ e as reivindicações, em meados do mesmo século, de Pedro “O Cerimonioso” tanto para que a sua “plenitudo potestatis” fosse respeitada em todo o território, como para que se reconhecesse na linha condutora da dinastia como tinha recebido a investidura do poder carolíngio,

³⁸ F. SABATÉ, “Expressões da representatividade social na Catalunha tardomedieval”, em F. R. FERNANDES (ed.), *Identidades e Fronteras no Medioevo Ibérico*, Curitiba, Juruá E, 2013, pp. 61-79.

³⁹ T. BISSON, “Le Conflent, le Vallespir et la Cerdagne d’après les censiers et comptes fiscaux des premiers comtes-rois de Barcelone (1151-1213)”, em *Conflent, Vallespir et Montagnes Catalanes. Actes du Lie Congrès de la Fédération Historique du Languedoc Méditerranéen et du Roussillon (Prades – Villefranche du Conflent, juin 1976*, Montpellier, CNRS, 1980, p. 71-75; T. N. BISSON, *Fiscal accounts of Catalonia under the early count-kings (1151-1213)*, Berkeley, University of California Press, 1984, 2 v.

⁴⁰ D. F. KAGAY, “The king’s right must be preferred to the lord’s sovereignty and suzerainty in the treaties of Pere Albert”, em K. PENNINGTON (ed.), *Proceedings of the 10th International Congress of Medieval Canon Law*, Cidade do Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, 2001, pp. 693-702; D. F. KAGAY, “Pere Albert: Barcelona Canon, Royal Advocate, Feudal Theorist”, *Anuario de Estudios Medievales*, 32/1, 2002, pp. 39-74.

⁴¹ M. VANLANDINGHAM, *Transforming the State. King, Court and Political Culture in the Realms of Aragon (1213-1387)*, Leiden, Brill, 2002, pp. 115-154.

⁴² F. SABATE, “La divisió territorial de Catalunya: les vegueries”, em B. DE RIQUER (ed.), *Història. Política, Societat i Cultura dels Països Catalans*, Barcelona, Enciclopèdia Catalana, 1996, vol. 3, pp. 304-305.

⁴³ F. SABATÉ, “Discurs i estratègies del poder reial a Catalunya al segle XIV”, *Anuario de Estudios Medievales*, 25, 1995, pp. 622-645.

tinha crescido sobre a fronteira e tinha-se comportado com grandiosidade junto dos seus súbditos⁴⁴.

Não obstante, as pretensões e o discurso régio puseram em evidência a sua debilidade perante uma realidade marcada pela fragmentação jurisdicional e tributárias herdadas da inicial divisão condal na Catalunha e a sua evolução na fronteira⁴⁵, da apropriação feudal das tenências em Aragão no início do século XIII⁴⁶ e da coetânea pujança nobiliárquica e burguesa sobre as novas terras⁴⁷. No século XIII, esta converteu-se em uma tensão, onde as ostentações pela força e os discursos justificativos colocaram em confronto os esforços do monarca, a força da nobreza e o emergente vigor das elites urbanas⁴⁸. Assim, em 1283, no contexto da crise siciliana, o monarca viu-se obrigado a aceitar que os seus oficiais nem sequer pudessem entrar nas jurisdições alheias ao seu domínio⁴⁹. Os grandes desafios do século XIV marcariam a incapacidade do rei no modo como, para obter o financiamento que necessitava⁵⁰, se viu obrigado a corresponder às concessões graciosas acordadas com os estamentos⁵¹ e ir recortando o património territorial sob a forma das cartas de graça⁵². O domínio real alcançou então mínimos clamorosos: ao que entrar no século XIV apenas que uma vintena de vilas valencianas pertenciam ao património régio, numa dinâmica que em meados deste século reduziu os fogos

⁴⁴ F. SABATÉ, "La invisibilitat del re e la visibilitat della dinastia nella Corona d'Aragona", em *Il Principe invisibile*, Mantova, Fondazione Centro Studi Len Battista Alberti, no prelo.

⁴⁵ F. SABATÉ, *L'expansió territorial de Catalunya (segles IX-XII): Conquesta o repoblació?*, Llída, Edicions de la Universitat de Lleida, 1996, pp. 65-92.

⁴⁶ J. F. UTRILLA, "De la aristocracia a la nobleza: hacia la formación de los linajes nobiliarios aragoneses (1076-1276)", em *La nobleza peninsular en la Edad Media. VI Congreso de Estudios Medievales (León, 1997)*, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1999, pp. 456-473.

⁴⁷ E. GUINOT, "La conquesta i colonització del regne de València per Jaume I. Balanç i noves perspectives", em M. T. FERRER (ed.), *Jaume I. Commemoració del VIII centenari del naixement de Jaume I*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 2013, vol. II, pp. 531-535.

⁴⁸ F. SABATÉ, "El poder soberano en la Cataluña bajomedieval: definición y ruptura", em F. FORONDA, J.-P. GENET e J. M. NIETO SORIA (eds.), *Coups d'État à la fin du moyen Âge? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*, Madrid, Casa de Velazquez, 2005, pp. 484-498.

⁴⁹ J. L. MARTIN, *Economía y sociedad en los reinos hispánicos de la baja Edad Media*, Barcelona, El Albir, 1983, vol. I, pp. 239-254.

⁵⁰ M. SÁNCHEZ, "La evolución de la fiscalidad regia en los países de la Corona de Aragón (c. 1280-1356)", em *Europa en los Umbrales de la crisis (1250-1350). Actas de la XIX Semana de Estudios Medievales de Estella (1994)*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1995, pp. 399-422.

⁵¹ R. D'ABADAL, *Pere el Cerimoniós i els inicis de la decaència política de Catalunya*, Barcelona, Edicions 62, 1987, p. 263-272.

⁵² F. SABATÉ, "Rei i cort. El patrimoni reial", em V. HURTADO e J. MESTRE (eds.), *Atlas d'història de Catalunya*, Barcelona, Edicions 62, 1995, p. 107.

desse património em Aragão para 35% e que, no fim desta centúria, na Catalunha o deixou ao nível dos 13,43% do território e de 22,17% da população⁵³.

Quando o monarca negociou com os vários estamentos reunidos nas Cortes, estes invocaram certa representatividade sobre o conjunto da “terra”, mostrando-se preocupados pelo “general” e condicionando as ajudas outorgadas como contrapartidas em nome desta representatividade que, na realidade, avançaram para uma assumida a dualidade de poderes entre o rei e os estamentos⁵⁴. Deste modo, as necessidades do monarca e a pujança dos estamentos combinaram perfeitamente com as ideias participativas que se difundiram pela Europa do século XIII⁵⁵ e que foram assumidas e difundidas adequadamente por autores como Francesc Eiximenis⁵⁶. Assim, a gestão política mediante o consenso⁵⁷ entre quem invocava uma representatividade⁵⁸ em nome do bem comum⁵⁹, que caracteriza o apelido tardomedieval ao modelo político⁶⁰, demonstrou-se, durante o século XIV, como uma realidade social e política específica na observação do modelo de governação da Coroa de Aragão⁶¹.

Em 1363, perante a grave necessidade de defrontar a invasão castelhana⁶², as cortes gerais resolvem conceder a importante ajuda económica solicitada pelo

⁵³ F. SABATÉ, “Corona de Aragón”, em *Historia de España. La época medieval: administración y gobierno*, Tres Cantos, Ediciones Istmo, 2003, pp. 338-339.

⁵⁴ F. SABATÉ, “États et alliances dans la Catalogne du Moyen-Âge”, em F. FORONDA e A. I. CARRASCO (eds.), *Du contrat d’alliance au contrat politique. Cultures eet sociétés politiques dans la péninsule Ibérique à la fin du Moyen Âge*, Tolosa, CNRS–Univ. Toulouse–Le Mirail, 2007, pp. 297-360.

⁵⁵ D. MERTENS, *Il pensiero politico medievale*, Bolonha, Il Mulino, 1999, pp. 111-117.

⁵⁶ F. SABATÉ, “El temps de Francesc Eiximenis. Les estructures econòmiques, socials i polítiques de la Corona d’Aragó a la segona meitat del segle XIV”, em Antoni RIERA, (ed.), *Francesc Eiximenis. El context i l’obra d’un gran pensador català medieval*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, no prelo.

⁵⁷ J. R. STRAYER, *On the Medieval Origins of the Modern State*, Princeton, Princeton university Press, 1970, pp. 61-62.

⁵⁸ S. REYNOLDS, “Medieval urban history and the history of political thought”, em *Urban History Yearbook 1982*, Leicester, Leicester University Press, 1982, pp. 15-16.

⁵⁹ M. S. KEMPSHALL, *The Common Good in Late Medieval Political Thought*, Oxford, Clarendon Press, 1999, pp. 339-362.

⁶⁰ H. J. RANDALL, *The Creative Centuries. A Study in Historical Development*, Londres – New York – Toronto, Longman Green and Co., 1947, p. 248.

⁶¹ F. SABATÉ, “La organización central de la Corona de Aragón cismarina”, em J. Á. SESMA, *La Corona de Aragón en el centro de su historia 1208-1458. La Monarquía aragonesa y los reinos de la Corona*, Saragoça, Universidad de Zaragoza, 2010, pp. 408-415.

⁶² J. V. CABEZUELO, *La Guerra de los dos Pedros en las tierras alicantinas*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 83-112; M. T. FERRER, *Entre la paz y la guerra. La Corona catalano-*

monarca mediante a implantação de um sistema tributário mais eficaz sobre o conjunto do território e das populações, geridos pelos representantes dos estados, o que deu lugar ao estabelecimento de três deputações, a aragonesa, a catalã e a valenciana⁶³. Isto por si só, pretendia alcançar uma fiscalidade do estado já não nas mãos dos monarcas, mas antes nas mãos dos estamentos⁶⁴. A permanência dessa delegação ao perpetuar-se na sua função fiscal e financeira com a sua imediata assunção de atribuições políticas, foi dotando as deputações gerais de uma clara incidência tanto na gestão como na definição de poder⁶⁵. A consolidação institucional das deputações à entrada pelo século XV⁶⁶ e as suas formulações justificativas asseguraram uma assumida e reivindicativa função de representatividade dos respectivos territórios, como explicitamente se indicava em Valência: *lo offici de la Diputació representàs tot lo regne*⁶⁷. Por isso, em Aragão, como em outros territórios, a deputação justificando-se no seu carácter como delegação permanente nas cortes, ergueu-se como a interlocutora por excelência do reino perante o rei, invocando a defesa dos direitos e privilégios do reino diante do soberano⁶⁸.

Não foi por acaso que neste mesmo momento a origem desses países se explicava à margem da dinastia reinante⁶⁹: tendo sido os nove cavaleiros da fama, conduzidos por Otger Cataló⁷⁰ que libertaram o país dos muçulmanos e outorga-

aragonesa y Castilla en la baja edad media, C. S. I. C., Barcelona, 2005, pp. 359-493; M. LAFUENTE, *Dos Coronas en Guerra. Aragón y Castilla (1356-1366)*, G. I. C. CEMA, Zaragoza, 2012, pp. 95-149.

⁶³ J. Á.. SESMA, "Fiscalidad y poder. La fiscalidad centralizada como instrumento de poder en la Corona de Aragón (siglo XIV)", *Espacio, tiempo y forma*, 4, 1989, pp. 447-463.

⁶⁴ M. SÁNCHEZ, *El naixement de la fiscalitat d'Estat a Catalunya (segles XII-XIV)*, Vic – Girona, Eumo Editorial / Universidad de Girona, 1995, p. 115-134.

⁶⁵ F. UDINA, "Préstamo de cinco galeras por la Generalidad al infante Martín", em *Martínez Ferrando Archivero. Miscelánea de estudios dedicados a su memoria*, Madrid, Asociación Nacional de bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos, 1968, pp. 487-489.

⁶⁶ I. SÁNCHEZ DE MOVELLAN, *La Diputació del General de Catalunya (1413-1479)*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 2004, pp. 99-268.

⁶⁷ M. R. MUÑOZ POMER, "La Generalidad Valenciana en el siglo XV, entre la representación y los mecanismos de control", em *XV Congreso de Historia de la Corona de Aragón (Jaca, 20-25 septiembre 1993). El poder real en la Corona de Aragón: (siglos XIV-XV)*, Saragoça, Diputación General de Aragón, 1996, vol. I/4, p. 205.

⁶⁸ L. M. SÁNCHEZ ARAGONÉS, *Las Cortes de la Corona de Aragón durante el reinado de Juan II (1458-1479). Monarquía, ciudades y relaciones entre el poder y los súbditos*, Saragoça, Institución Fernando el Católico (CSIC), 2004, pp. 595-596.

⁶⁹ E. RIU-BARRERA, "Els orígens de Catalunya, de la historiografia feudal al medievalisme noucentista. A proòsit de l'obra de Miquel Coll i Alentorn", *El Contemporani*, 4, 1994, p. 14.

⁷⁰ E. DURAN, *Sobre la mitificació dels orígens històrics nacionals catalans*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1991, pp. 14-15.

ram o nome do território e facilitaram a chegada de Carlos Magno para que só mais tarde, com o concurso da população nativa, estabelecerem as condições com que aceitaram a sua soberania e a dos seus descendentes⁷¹. Identicamente, em Aragão tinha-se escolhido primeiro o representante popular, a “justiça”, e só depois dele, o rei⁷².

Esta concordância com os influentes autores que, como Marsílio de Pádua, situavam a soberania no povo⁷³, assume explicitamente como modelo, na Coroa de Aragão, o ideal cívico⁷⁴ próprio das cidades alemãs e italianas⁷⁵ que são admiradas de um modo idealizado⁷⁶. Impôs-se assim uma condução municipalista do poder dos estamentos: mesmo quando os estamentos nobiliários e eclesiásticos justificaram os seus direitos e capacidades, o estamento municipal propôs um verdadeiro modelo de sociedade, apropriando-se assim, de certo modo, das referências ao *bonnum comune* e à *utilitas publica*⁷⁷. Deste modo, a teorização em torno a uma sociedade cívica⁷⁸ combinou plenamente com os interesses urbanos em jogo. As cidades e vilas, na projeção e controle dos seus interesses sobre o território, organizando-se em pirâmide⁷⁹, culminando nas verdadeiras capitais de cada um dos territórios da Coroa: Saragoça⁸⁰, Valência⁸¹, Perpignan⁸² e Barcelona⁸³. Esta última, por

⁷¹ B. de PUIGPARDINES, *Sumari d'Espanya*, Valência, Universitat de València, 2000, pp. 190-203.

⁷² A. UBIETO, *Leyendas para una historia paralela del Aragón medieval*, Saragoça, Institución Fernando el Católico, 1998, p. 337.

⁷³ W. ULLMANN, *Historia del pensamiento político en la Edad Media*, Barcelona, Ariel, 1983, pp. 190-208.

⁷⁴ Um ideal cívico que englobava os diversos aspectos da vida em sociedade: D. ROMAGNOLI, “La courtoise dans laville: un modèle complexe”, em D. Romagnoli (ed.), *La Ville et la Cour. Des bonnes et des mauvaises manières*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1995, p. 58-66.

⁷⁵ A. BLACK, *El pensamiento político en Europa, 1250-1450*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 180-200

⁷⁶ F. SABATÉ, “La civiltà comunale del medioevo nella storiografia spagnola: affinità e divergenze”, em A. ZORZI (ed.), *La civiltà comunale italiana nella storiografia internazionale*, Firenze University Press, Florença, 2008, p. 117-125.

⁷⁷ G. NAEGLE, “Armes à double tranchant? ‘Bien commun’ et ‘chose publique’ dans les villes françaises au Moyen Âge”, em E. LECUPPRE-DESJARDIN e A.-L. VANBRUAENE (eds.), *De Bono Communi. The Discourse and Practice of the Common good in the European City (13th-16th c.)*, Turnhout, Brepols, 2010, pp. 55-66.

⁷⁸ L. CERVERA, *Francisco de Eiximenis y su sociedad urbana ideal*, San Lorenzo del Escorial, Grupo Editorial Swan, 1989, pp. 133-159.

⁷⁹ F. SABATÉ, *El territori de la Catalunya medieval. Percepció de l'espai i divisió territorial al llarg de l'Edad Mijana*, Barcelona, Fundació Salvador Vives Casajuana, 1997, pp. 167-225.

⁸⁰ S. DE LA TORRE GONZALO, “Élites financieras y mercantiles de Zaragoza en el primer tercio del siglo XV (1380-1430)”, em C. LALIENA e M. LAFUENTE (eds.), *Una economía integrada. Comer-*

sua vez, pretende assegurar e visualizar uma capitalidade sobre o conjunto da Coroa, mobilizando as suas estratégias e o controlo e gestão da informação e do protocolo⁸⁴. Quando em 1396, o rei João I faleceu repentinamente, foram os representantes da cidade de Barcelona que se mobilizaram para orientar a sua sucessão até onde consideraram mais apropriado⁸⁵, atuando sob a aparência de um conselho de estado⁸⁶.

Deste modo, a identificação dos estamentos com o país impôs uma específica prioridade que subordinou o monarca. Quando em 1410 o rei Martin faleceu sem sucessor, o interregno aberto fechou-se somente dois anos depois com um soberano explicitamente eleito pelos estamentos enquanto representantes dos países constituintes da Coroa⁸⁷. Pere Tomic, ao narrar este episódio poucos anos depois, sintetizou-o perfeitamente: “*fou lo XI Rey de Aragó e Comte de Barçelona elegit per la terra*”⁸⁸. Ao longo do século XV, a tensão pactista impôs-se. Em Aragão pretendeu-se salientar a vinculação da soberania sobre os representantes permanentes dos estamentos, ou seja, a Deputação, a par da Justiça⁸⁹, enquanto na Catalunha, quem pretendeu representar a “terra” não teve dúvidas em impor o desenho das competências do soberano e a sua própria destituição, como se pretendeu em 1462,

cio, instituciones y mercados en Aragón, 1300-1500, Grupo de Investigación Consolidado CEMA, Saragoça, 2012, pp. 413-415.

⁸¹ J. GUIRAL-HADZIIOSSIF, *Valencia, puerto mediterráneo en el siglo XV (1410-1525)*, Valência, Edicions Alfons el Magnànim, 1989, pp. 615-622.

⁸² F. SABATÉ, “Perpinyà, capital baixmedieval dels comtats de Rosselló i Cerdanya”, em L. ASSIER ANDREU, R. SALA (eds.), *La Ciutat i els Poders/La Ville et les Pouvoirs*, Perpinhã, Institut Català de Recerques en Ciències Socials, 2000, pp. 157-200.

⁸³ M. T. FERRER, “Projecció exterior”, *Hisstòria de Barcelona*, em J. SOBREQUES (ed), Barcelona, Enciclopèdia Catalana – Ajuntament de Barcelona, 1992, vol. 3, pp. 357-381.

⁸⁴ F. SABATÉ, *Cerimònies fúnebres i poder municipal a la Catalunya baixmedieval*, Barcelona, Rafael Dalmau editor, 2003, pp. 12-14.

⁸⁵ F. SABATÉ, “La mort du roi en Catalogne: de l'événement biologique au fait historique”, em C. CAROZZI e H.TAVIANI-CAROZZI (eds.), *Faire l'événement au Moyen Âge*, Aix-en-Provence, Publications de l'Université de Provence, 2007, p. 164.

⁸⁶ *Cortes de Cataluña*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1901, vol. IV, p. 248.

⁸⁷ F. SABATÉ, “Per què hi va haver un Compromís de Casp?”, em R. Bellvesser (ed.), *Els valencians en el Compromís de Casp i en el Cisma d'Occident*, Valência, Institució Alfons el Magnànim, 2013, pp.45-119.

⁸⁸ P. TOMIC, *Històries e conquestes dels reis d'Aragó e comtes de Barcelona*, Bagà, Centre d'Estudis Baganesos, 1990, pp. 261.

⁸⁹ J. A. ARMILLAS e E. SOLANO, “Proyección del poder real sobre Aragón en la construcción del absolutismo (1495-1654)” em E. SARASA e E. SERRANO (eds.), *La Corona de Aragón y el Mediterraneo. Siglos XV-XVI*, Saragoça, Institución Fernando el Católico, 1997, pp. 333-334.

provocando assim um confronto de discursos de legitimidade que, na realidade, abriu as portas à guerra civil catalã⁹⁰.

O legado institucional da Coroa de Aragão medieval

O vigor de cada um dos territórios constitutivos da Coroa de Aragão não fez mais do que se acentuar o desenvolvimento das suas respectivas sociedades, do mesmo modo que conteve a evolução institucional. À saída do século XIV, o poder assente nos governadores de cada território era proporcional à crescente protocolarização do governador-geral⁹¹. Similarmente, as rendas régias estavam bem controladas pelos bailes gerais de cada território (procuradores gerais dos condados de Roussilhão e Sardenha), com uma identidade regional ainda mais reforçada pelos conselhos de bailio geral fortalecidos no século XV⁹². De facto, o alto oficial encarregado de auditar o gasto público, o maestro racional⁹³, a partir da última década do século XIV foi estabelecendo depósitos documentais regionais levando-o a delegar funções nos ouvidores das contas regionais e, a partir do 1419, a uma progressiva regionalização do ofício⁹⁴. Coetaneamente, os estados levaram a regionalização ao encontro do monarca, de modo a que o conselho real se articule

⁹⁰ F. SABATÉ, "El poder soberano en la Cataluña bajomedieval: definición y ruptura", em F. FORONDA, J.-P. GENET e J. M. NIETO SORIA *Coups d'État à la fin du moyen Âge? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*, (eds.), Madrid, Casa de Velázquez, 2005, pp. 509-515.

⁹¹ F. SABATÉ, "La governació al Principat de Catalunya i als comtats de Rosselló i Cerdanya", *Anales de la Universidad de Alicante*, 12, 1999, pp. 55-62.

⁹² L. PILES ROS, *Estudio documental sobre el Bayle General de Valencia: su autoridad y jurisdicción*, Valência, Institución Alfonso el Magnánimo, 1970; T. DE MONTAGUT, "El Baile General de Cataluña (notas para su estudio)", *Hacienda Pública Española*, 87, 1984, pp. 73-84; C. FERRANTE, "L'istituzione del Bailo Generale nel regno di Sardegna (1391-1401)", em *XV Congreso de Historia de la Corona de Aragón (Jaca, 20-25 septiembre 1993). El poder real en la Corona de Aragón: (siglos XIV-XV)*, Saragoça, Diputación General de Aragón, 1996, vol. I/3, pp. 93-109; A. CIOPPI, "I registri di Jordi de Planella, 'batlle general' di Sardegna. Note sull'amministrazione di un ufficiale regio ala fine del XIV secolo", em *La corona catalanoaragonesa i el seu entorn mediterrani ala baixa edat mitjana*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005, pp. 23-63; L. BLANCO, *La fiscalidad regia. El Baile General de Aragón durante el reinado de Pedro IV el Ceremonioso (1336-1387)*, Saragoça, Institución Fernando el Católico (CSIC), 2009.

⁹³ T. DE MONTAGUT, *El mestre racional a la Corona d'Aragó (1283-1419)*, Barcelona, Fundació Noguera, 1987, 2 vols.

⁹⁴ C. LÓPEZ, *Patrimonio Regio y orígenes del Maestro*, Valência, Generalitat Valenciana, 1998, pp. 24-31.

pelos reinos⁹⁵, e inclusive exigiu-se que o vice-chanceler e o regente da chancelaria coincidam com a respectiva região, como demandaram as cortes de Catalayud em 1461 para Aragão⁹⁶. O conjunto de disposições aprovadas nas cortes aragonesas de 1461 definem um amplo poder para as cortes e à deputação em Aragão⁹⁷. Precisamente, no mesmo ano na Catalunha, os representantes *de la terra* impõem a sua proeminência nos assuntos relativos ao seu próprio território⁹⁸. O monarca teve de assumir as chamadas Capitulaciones de Vilafranca, que limitaram de forma contundente o seu poder⁹⁹. Ainda que estas tenham sido derogadas em 1472¹⁰⁰, dum e doutro modo explicitou-se a afirmação dos modelos que uniram a soberania em *la terra*, o desenvolvimento de instituições que assumiram esta representatividade do território perante o rei, uma evolução social que restringiu a poucas mãos o controlo destas instituições sem deixar de invocar a representatividade do país, a inerente redução da coesão da Coroa de Aragão, porque institucionalmente cada território construído se articulou sobre si mesmo, em coerência com a evolução socioeconómica. Certamente, não fez mais do que culminar o ocorrido na respectiva coesão regional.

O sucessivo desenvolvimento institucional e social das cortes regionais na Catalunha, Aragão e Valência, a partir da sua origem no século XIII, concordaria com as relações estabelecidas e progressivamente asseguradas dentro de cada estamento, por parte tanto de nobres e barões, como de municípios. Por este foi reflexo e por sua vez estímulo da respectiva coesão regional, ao propiciar estratégias e comportamentos estreitados a cada região. De um modo parecido, o desenvol-

⁹⁵ C. LÓPEZ, "Notas en torno al consejo real de Valencia entre la Guerra de Castilla y la Conquista de Nápoles (1429-1449)", em *XV Congreso de Historia de la Corona de Aragón* (Jaca, 20-25 septiembre 1993). *El poder real en la Corona de Aragón: (siglos XIV-XV)*, Saragoça, Diputación General de Aragón, 1996, vol. I/2, p. 257-274.

⁹⁶ T. CANET, "Las Audiencias reales en la Corona de Aragón: de la unidad medieval al pluralismo moderno", *Estudis*, 32, 2006, p. 155.

⁹⁷ P. SAVALL e S. PENÉN, *Fueros, observancias y actos de corte del Reino de Aragón*, Saragoça, Establecimiento Tipográfico de Francisco Castro y Bosque, 1866, vol. I, 21-24, 47, 354-357; vol. II, 62-63, 161-169.

⁹⁸ J. VICENS VIVES, *Juan II de Aragón (1398-1479): monarquía y revolución en la España del siglo XV*, , Pamplona, Uργοiti editores, 2003, pp. 238-241.

⁹⁹ F. FORONDA, "Emoción, contrato y constitución. Aproximación a los intentos (pre)cosntitucionalistas en la Europa de los años 1460 (Sentencia de Medina del Campo, Concordia de Vilafranca del Penedès y Tratado de Saint-Maur-des-Fossés)", em F. SABATÉ (ed.), *Por política, terror social*, Lleida, Pagès editors, 2013, p. 211-219.

¹⁰⁰ F. SABATÉ, "Capitulació de Pedralbes", em R. ALBERCH I FUGUERAS e J. GIRALT i RADIGALES (eds.), *Enciclopèdia de Barcelona*, Enciclopèdia Catalana, Barcelona, 2006, vol. 3, p. 319.

vimento das deputações gerais não só participou desses mesmos estímulos, mas também veio ainda mais reforçar a identidade de cada território ao colocá-los em oposição entre si. Bem explicitamente, a implementação das tarifas estabeleceu, entre 1364 e 1365, as pautas aduaneiras que, à imagem de fronteiras internas, asseguraram uma regionalização coerente com o desenvolvimento das sociedades da Catalunha, Aragão e Valência¹⁰¹.

A partir da união dinástica em 1479 com a Coroa castelhana¹⁰², o soberano da monarquia hispânica¹⁰³ habitualmente residiu longe da Coroa aragonesa e assegurou meios de financiamento que o libertaram da dependência dos representantes dos territórios¹⁰⁴. Neste contexto, o monarca pôde afirmar-se, especialmente à entrada do século XVI, tratando unitariamente a Coroa de Aragão ou, pelo contrário, assumindo e sobretudo fomentando interessadamente o tratamento separado dos diversos territórios, aproveitando a sua escassa coordenação mútua e, por seu lado, a sua contundente coesão interna, o que evidentemente, avançou para a acentuação da deslocação e a imposição de uma dissolução efectiva da Coroa de Aragão¹⁰⁵.

Na condução dos estamentos destacou-se uma oligarquia urbana assente sobre umas bases de poder económico e sociais articuladas de acordo com os padrões estabelecidos na Idade Média¹⁰⁶. A visão económica e social do território ergueu-se assim como um outro legado específico, com uns núcleos urbanos presidindo a regiões proporcionais ao seu desenvolvimento¹⁰⁷ e encavalitando-se em algumas fragmentações jurisdicionais que continuaram a ignorar a presença régia, com todas as consequências, tal como chamou a atenção do embaixador florentino Guicciardini ao cruzar este território: *molti vi sono che hanno luoghi e castelli dove chi*

¹⁰¹ J. Á. SESMA, "La fijación de frontera económicas entre los estados de la Corona de Aragón", *Aragón en la Edad Media*, 5, 1983, p. 141-165.

¹⁰² J. Á. SESMA, *Fernando de Aragón, Hispaniarum Rex*, Saragoça, Diputación General de Aragón, 1992, pp. 83-144; E. BELENGUER, *Fernando el Católico*, Barcelona, Península, 1999, pp. 71-190.

¹⁰³ M. Á. LADERO, *Los Reyes Católicos: La Corona y la Unidad de España*, Madrid, Asociación Francisco López de Gomara, 1989, p. 43-110.

¹⁰⁴ J. H. ELLIOT, *La España imperial, 1469-1716*, Barcelona, Editorial Vicens Vives, 1986, pp. 77-267.

¹⁰⁵ M. PÉREZ LATRE, "Pervivència i dissolució. La Corona d'Aragó en temps de Felip I (II)", em E. BELENGUER (ed.), *Història de la Corona d'Aragó*, Barcelona, Edicions 62, 2007, vol II, pp. 213-219.

¹⁰⁶ F. SABATÉ, "Els eixos articuladors del territori medieval català", em F. SABATÉ (ed.), *L'estructura territorial de Catalunya. Els eixos cohesionadors de l'espai*, Barcelona, L'Avenç 2000, pp. 68-70.

¹⁰⁷ A. GARCÍA ESPUCHE, *Un siglo decisivo. Barcelona y Cataluña, 1550-1640*, Madrid, Alianza Editorial, 1998, p. 25-42

*è pel re non può cognoscere; a costoro concorrono tutti e' tristi ed assassini del paese, e loro per avere più seguito gli intratengono, nutriscono e difendono*¹⁰⁸. Não surpreende, portanto, que este tenha sido o cenário ideal para as problemáticas sociais dêem lugar a fenómenos como o bandoleirismo¹⁰⁹.

O reforço regional baseou-se numa forte consolidação das respectivas elites, armadas com a legitimidade da representatividade de cariz medieval. Invocando esta representação da “terra” e, apesar de se tratarem de oligarquias socialmente mais interessadas que representativas, trouxeram para a monarquia hispânica um específico ponto de complexidade ao reivindicar a participação na soberania de acordo com o padrão medieval¹¹⁰. Dada a ausência e falta de interesse em convocar cortes por parte do monarca, as deputações, mediante o desenvolvimento da sua actividade ordinária e avaliadas formalmente como delegações permanentes dos representantes do país, asseguram a representatividade do território perante o soberano, tal como se formula no caso catalão: *la conservació del Principat de Catalunya consisteix en lo General de Catalunya*¹¹¹. Gozaram assim de um estabilizado limite burocrático, de funções fiscais e de uma articulação sobre o território, mas acima de tudo exibem a sua preocupação como guardiões do pacto político entre o rei e a terra¹¹².

Deste modo, a coroa de Aragão perfilou um legado específico no debate que se estende pela Europa Moderna entre a chamada monarquia mista e a via para o absolutismo¹¹³. Esta contraposição comportou um choque de discursos justificativos baseados no vínculo à ordem estabelecida durante a Idade Média¹¹⁴, pre-

¹⁰⁸ F. GUICCIARDINI, *Diario del viaggio in Spagna*, Pordenone, Edizioni Studio Tesi, 1993, p. 20.

¹⁰⁹ J. REGLÀ, *El bandolerisme català del barroc*, Barcelona, Edicions 62, 1966, p. 15-32.

¹¹⁰ A. SIMON, *Cavallers i ciutadans a la Catalunya del cinc-cents*, Barcelona, Curial Edicions Catalanes, 1991, p. 100-114.

¹¹¹ J. L. PALOS, *Catalunya a l'imperi dels Àustria*, Barcelona, Pagès editors, 1994, p. 328-329.

¹¹² M. PÉREZ LATRE, *Entre el rei i la terra. El poder polític a Catalunya al segle XVI*, Vic, Eumo Editorial –Universitat de Vic, 2004, pp. 33-111.

¹¹³ M. GAILLE-NIKODIMOV (ed.) *Le Gouvernement mixte. De l'idéal politique au monstre constitutionnel en Europe (XIIIe-XVIIe siècle)*, Saint-Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2005.

¹¹⁴ A. SIMON, *Els orígens ideològics de la revolució catalana de 1640*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1999; A. SIMON, *Construccions polítiques i identitats nacionals. Catalunya i els orígens de l'estat modern espanyol*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2005; J. VILLANUEVA, *Política y discurso histórico en la España del siglo XVII. Las polémicas sobre los orígenes medievales de Cataluña*, Alicante, Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2004.

tendendo obrigar a uma participação dos estamentos no governo¹¹⁵. Mais além do que os discursos e conjungando-se com eles, será uma confrontação que culminará em graves tensões, especialmente em Aragão no século XVI¹¹⁶ e de forma bem contundente, na Catalunha no século XVII. Neste caso, entre 1640 e 1641, *los deputats del General de Principat de Cathalunya*¹¹⁷, assumiram-se como os verdadeiros representantes do território¹¹⁸, destituindo o monarca espanhol, sentindo-se como uma república à imagem de outras europeias¹¹⁹ e outorgaram pouco depois o domínio sobre a Catalunha ao soberano francês, o que veio a desembocar numa guerra complicada com o imediato levantamento português e apenas encerrada com o retorno da Catalunha à obediência do monarca hispânico, tirando um fragmento setentrional que permanecerá retido pela coroa francesa¹²⁰, enquanto, por seu turno, se consolida a restauração da monarquia portuguesa no outro extremo da Península¹²¹.

De um modo ou de outro, a Coroa de Aragão medieval perfilou uma rede singular de poder e território que condicionou um legado específico a confrontar com as abordagens dos séculos modernos.

A renovação historiográfica

As instituições próprias da Coroa de Aragão foram suprimidas nos inícios do século XVIII quando, passada a entrada bélica da nova dinastia borbónica, se

¹¹⁵ J. P. RÚBIÉS, "Don Francisco de Gilabert i la idea del govern mixt: fortuna i prudència del constitucionalisme català dels segles XVI i XVII", *Pedralbes*, 16, 1996, pp. 106-108.

¹¹⁶ L. GONZÁLEZ ANTÓN, "Sobre la monarquía absoluta y el Reino de Aragón en el siglo XVI", em E. SARASA e E. SERRANO (eds.), *La Corona de Aragón y el Mediterráneo. Siglos XV-XVI*, Saragoça, Institución Fernando el Católico (CSIC), 1997, pp. 369-409

¹¹⁷ M. PARETS, *De los muchos sucesos dignos de memoria que han ocurrido en Barcelona y otros lugares de Cataluña entre los años de 1626 a 1660*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1889, vol. II, pp. 435-436.

¹¹⁸ A. IGLESIA, "Pau Claris y la soberanía catalana. Notas", em *Actas de IV Symposium de Historia de la Administración (Alcalá de Henares, 1982)*, Madrid, Instituto Nacional de Administración Pública, 1983, pp. 401-450.

¹¹⁹ N. FLORENSA, "La República Catalana de 1641: un proyecto colectivo revolucionario", em F. J. ARANDA (ed.), *La declinación de la monarquía hispánica en el siglo XVII*, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, 2004, p. 99-109.

¹²⁰ A. MARCET, "L'establiment de la frontera entre França i Espanya", *Pedralbes*, XVII/2, 1998, p. 7-12.

¹²¹ R. VALLADARES, *Felipe IV y la restauración de Portugal*, Málaga, Editorial Algazara, 1994.

passou a um modelo homogéneo para toda a Espanha¹²². Os relatos históricos desse momento referiam uma certa continuidade entre a Castela medieval e a Espanha coetânea¹²³, tal como se pode observar na mais famosa das histórias de Espanha, a do Padre Mariana, reiteradamente impressa entre os séculos XVII e XIX¹²⁴, o que relegava a realidade aragonesa para um plano secundário. Pelo contrário, entre as diversas propostas para articular uma nova Espanha liberal e participativa reunidas até cerca do último quartel do século XIX, diversas vozes reclamavam o tomar como modelo, ou ao menos ter em conta, a antiga Coroa de Aragão, onde o monarca tinha de pactuar o exercício do poder com os representantes estamentais¹²⁵. De todos os modos, o fortalecimento do modelo de Estado-nação em Espanha¹²⁶ foi encontrando as suas principais referências em um relato assente preferencialmente sobre Castela, já não apenas na sua história¹²⁷ mas também nos seus marcos referenciais, como foram as suas características antropológicas da sua paisagem¹²⁸. Claramente, durante o último quartel do século XIX, coincidindo com a Restauração borbónica, estabilizou-se esta visão de Espanha¹²⁹, que se veio a manter e a acentuar em grande parte da divulgação e formação escolar até alcançar o último quartel do século XX¹³⁰.

¹²² J. JUAN VIDAL, "Los reinados de Felipe V y Fernando VI", *Política interior y exterior de los Borbones*, Tres Cantos, Istmo, 2001, pp. 96-133.

¹²³ R. GRAU, "El pensament històric de la dinastia Bofarull", *Barcelona. Quaderns d'Història*, 6, 2002, pp. 126-128.

¹²⁴ J. DE MARIANA, *Historia General de España*, Madrid, Imprenta y librería de Gaspar y Roig editores, Madrid, 1852, 2 vols.

¹²⁵ E. LLUCH, "El liberalisme foralista en el segle XIX: Corona d'Aragó i País Basc", *L'Avenç*, 230, 1998, pp. 14-20; E. UCELAY DA CAL, *El imperialismo catalán. Prat de la Riba, Cambó, D'Ors y la conquista oral de España*, Barcelona, Edhasa, 2003, p. 246-247; R. GRAU, "La historiografía del romanticismo (de Prósper de Bofarull a Víctor Balaguer)", A. BALCELLS (ed.), *Història de la historiografia catalana*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 2004, p. 145.

¹²⁶ J. ÁLVAREZ JUNCO, *Mater dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*, Madrid, Taurus, 2001, pp. 119-497.

¹²⁷ R. PERALTA, *Teoría de Castilla. Para una comprensión nacional de España*. Madrid, Editorial Actas, 2005, pp. 133-155.

¹²⁸ I. FOX, *La invención de España*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1997, pp. 97-174.

¹²⁹ J. M. FRADERA, "Visibilitat i invisibilitat de Víctor Balaguer", *L'Avenç*, 262, 2001, pp. 24-25; J. PALOMAS, "La persistència dels equívocs en les biografies d'alguns catalans del dinou: el cas de Víctor Balaguer", *Cercles. Revista d'Història Cultural*, 10, 2007, pp. 229-230.

¹³⁰ E. MARTÍNEZ TÓRTOLA, *La enseñanza de la historia en el primer bachillerato franquista (1938-1953)*, Madrid, Editorial Tecnos, 1996, pp. 42-77; M. M. DEL POZO ANDRÉS, *Curriculum e identidad nacional. Regeneracionismos, nacionalismos y escuela pública (1890-1939)*, Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 2000, pp. 181-282; E. CASTILLEJO CAMBRA, *Mito, legitimación y violencia simbólica en los*

Este cenário na Espanha contemporânea pôde contribuir para o escasso eco que foi encontrado pela memória da Coroa de Aragão apesar de contar com importantes contributos para o estudo da sua história, em geral sectorializados em cada um dos seus territórios. A retoma historiográfica aprofundou-se de um modo destacado durante a segunda metade do século XX, já no interior do quadro profissionalizado dos centros de investigação situados nestas regiões, aos quais se juntou o interesse demonstrado por destacados investigadores estrangeiros. Sobre esta intensa base, o impulso investigador mais recente aprofundou o conhecimento da Coroa de Aragão mediante o incremento da bagagem heurística e da revisão hermenêutica, desta vez inserindo este trabalho nas correntes historiográficas internacionais¹³¹. De um modo geral, na passagem do século XX para o XXI, a procura por renovações historiográficas¹³², noções como espaço e poder puderam afirmar-se como vectores transversais com os quais se penetrou nas circunstâncias sociais e políticas que a levaram a um paradigma específico e assim indagando nas análises das instituições a partir duma perspectiva mais social, atendendo ao significado dos discursos políticos, ao papel da representatividade, à função da fiscalidade no cenário estamental e na afirmação da identidade territorial. A partir destas perspectivas, deu-se um contributo para iluminar uma revisão historiográfica da Coroa de Aragão, bem demarcada no seu contexto europeu, que mostra qual foi o seu legado específico para a monarquia hispânica e que agora se abre e oferece para ser prosseguida e aprofundada por futuras investigações.

manuales escolares de historia del franquismo (1936-1975), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2008, pp. 313-335.

¹³¹ A evolução historiográfica foi estudada separadamente em cada território, com reflexões destacáveis como os seguintes: C. BATLLE e M. T. FERRER, "Balanz de les activitats historiogràfiques referents a l'edat mitjana a la postguerra franquista", *Cuadernos de Historia Económica de Cataluña* 19, 1978, pp. 321-330; R. NARBONA, "Nuevos planteamientos en la historia medieval valenciana", *Millars*, 13, 1990, pp. 67-71; A. FURIÓ, "La historia medieval valenciana: un itinerari historiogràfic", *Millars*, 13, 1990, pp. 73-80; J. M. SALRACH, "Noves recerques i interpretacions sobre historia medieval en general i de Catalunya en particular", *Balma*, 2, 1995, pp. 83-95; E. GUINOT, "La historiografia medieval valenciana en temps imperials (1939-1957)", *Saitabi*, 47, 1997, pp. 119-152; A. RIERA, "La Historia Medieval en Cataluña (1990-1995). Un balance breve de las últimas investigaciones", *Anuario de Estudios Medievales*, 27/1, 1997, pp. 501-567; Antoni RIERA, "Història Medieval", em A. BALCELLS (ed.), *Reports de la recerca a Catalunya. Història, 1996-2002*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 2005, pp. 1205-1213; F. SABATÈ, *Història Medieval*, em A. SIMON (dir.), *Report de recerca (2003-2009). Historia*, Antoni Simón, (ed.), Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 2012, <<http://blocs.iec.cat/observatori/files/2012/09/Historia0309.pdf>>.

¹³² G. NOIRIEL, *Sobre la crisis de la historia*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1997.